



Avaliação Participativa da Estratégia PCI

Relatório final

12 de novembro de 2020



Com o apoio de:



Avaliação da Estratégia Produzir, Conservar e Incluir 2020

Realização

Instituto PCI

Fernando Sampaio - IDH

Andressa Ribeiro - EII/Cuiabá

Daniela Torezzan - IDH

Facilitação e relatoria:

Tatiana Espíndola | Essência Processos Participativos e Soraia Mello | Solução Design Participativo

Sumário

Apresentação.....	4
Resumo executivo.....	5
Metodologia	5
Resultados da avaliação participativa	12
Avaliação Global	12
Avaliação da gestão da Estratégia PCI	14
Análise das metas, indicadores e ações prioritárias	14
Expectativas para 2025.....	31
Encaminhamentos	31
Anexo.....	32

Apresentação

Este relatório reúne os resultados do processo de Avaliação Participativa de 2020 da Estratégia Produzir, Conservar e Incluir.

A Estratégia PCI é uma abordagem jurisdicional para o desenvolvimento rural sustentável no estado de Mato Grosso, que reúne atores públicos, privados e do terceiro setor em torno de metas de longo prazo em seus três eixos: Produzir, Conservar e Incluir. Criada a partir da mobilização da sociedade em Mato Grosso, e apresentada na COP21 em Paris, em dezembro de 2015, a Estratégia tem como objetivos gerais:

- Aumentar a produção agropecuária através da melhoria de produtividade da pecuária e a expansão de área de grãos sobre áreas já abertas;
- Eliminar o desmatamento ilegal e implementar o Código Florestal;
- Criar mecanismos de compensação financeira para o desmatamento legal;
- Apoiar a agricultura familiar e populações tradicionais e indígenas no acesso a crédito, assistência técnica, regularização fundiária e ambiental.

Realizar o balanço geral da Estratégia PCI no período de 2015 a 2020 foi o objetivo da avaliação da participativa. De forma colaborativa, entidades participantes e parceiras da PCI dialogaram sobre os avanços, dificuldades, aprendizados, resultados e impactos das metas em cada um dos três eixos da estratégia - Produzir, Conservar e Incluir - e de sua gestão, no período de 27 de agosto a 10 de novembro de 2020

O documento está organizado em quatro partes. A primeira, resumo executivo, traz uma síntese do processo e seus principais números. A segunda, metodologia, descreve cada etapa da avaliação. A terceira, resultados, apresenta os principais produtos das atividades. A última, encaminhamentos, sinaliza as principais questões a serem observadas resultantes da avaliação.

Resumo executivo

Em 2025, o estado de Mato Grosso lidera agenda nacional sobre produção, conservação e inclusão e confirma que é possível aumentar a produção com conservação da natureza e inclusão social. Esse é um dos cenários idealizados pelos participantes da Avaliação Participativa da Estratégia PCI | 2015 a 2020, conduzida entre 27 de agosto a 10 de novembro de 2020.

De forma colaborativa, representantes de **27 entidades** participaram de mais de **26 horas de diálogo** em **quatro oficinas** online sobre os avanços, dificuldades, aprendizados e resultados em torno das 21 metas da Estratégia PCI e apontaram sugestões para seu aprimoramento. O percurso avaliativo também contou com a participação de **23 entidades** em **cinco pesquisas** online cujos resultados subsidiaram as atividades.

Ao analisar o conjunto das metas dos eixos Produzir, Conservar e Incluir, a maioria das entidades avalia que a implementação da estratégia PCI avançou pouco nos últimos 5 anos. Por outro lado, resultados significativos no estado foram atribuídos à Estratégia, a exemplo do posicionamento do Mato Grosso como líder em sustentabilidade jurisdicional, entre outros.

Visando o aprimoramento da Estratégia PCI, os participantes da avaliação sugeriram:

- **ajustes em 17 metas e em 12 indicadores;**
- **15 novas metas e 6 novos indicadores;**
- **89 ações prioritárias** para a implementação das metas nos três eixos – Produzir, Conservar Incluir e
- **38 ações prioritárias para a gestão** da Estratégia nas agendas de monitoramento, captação de investimentos, comunicação (interna e externa), regionalização/conexão com território e governança e articulação público privada.

Os resultados da avaliação serão analisados no âmbito de **Comitê de Monitoramento** e contribuirão para a definição das Metas PCI para 2020-2025.

A Estratégia Produzir, Conservar e Incluir [Estratégia PCI] é abordagem jurisdicional que reúne atores públicos, privados e do terceiro setor em torno de metas de longo prazo para o desenvolvimento rural sustentável no estado de Mato Grosso.

Metodologia

Orientada por uma abordagem reflexiva e participativa a partir de diálogos, a avaliação participativa foi conduzida em quatro etapas, definidas de forma participativa com o Comitê Gestor da Estratégia PCI:

- Webinar de introdução das atividades, realizado em 27/8/2020, na plataforma Zoom, com 2 horas de duração.
- Formulários online de pesquisa de percepção, disponíveis no link <https://sites.google.com/view/avaliapci/> de 31/8 a 8/10 de 2020, sobre: a visão geral da Estratégia PCI; cada eixo da Estratégia e suas respectivas agendas temáticas; e a gestão.
- Três oficinas remotas para cada eixo da estratégia: Produzir em 5 e 6/10; Conservar em 19 e 20/10 e Incluir em 26 e 27/10/2020. Cada oficina teve 7h de duração distribuídas ao longo de dois dias, totalizando 21h de atividades.
- Uma oficina remota sobre a gestão da estratégia PCI, realizada em 10/11/2020, de 3h30 de duração.



CRONOGRAMA DA AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA



Pesquisas de Percepção

Os formulários para a pesquisa de percepção foram compostos por questões fechadas e abertas. Sistematizamos as respostas às perguntas abertas em categorias, de acordo com a ideia-força prevalente. Participaram da pesquisa 23 organizações, de acordo com a tabela 1:

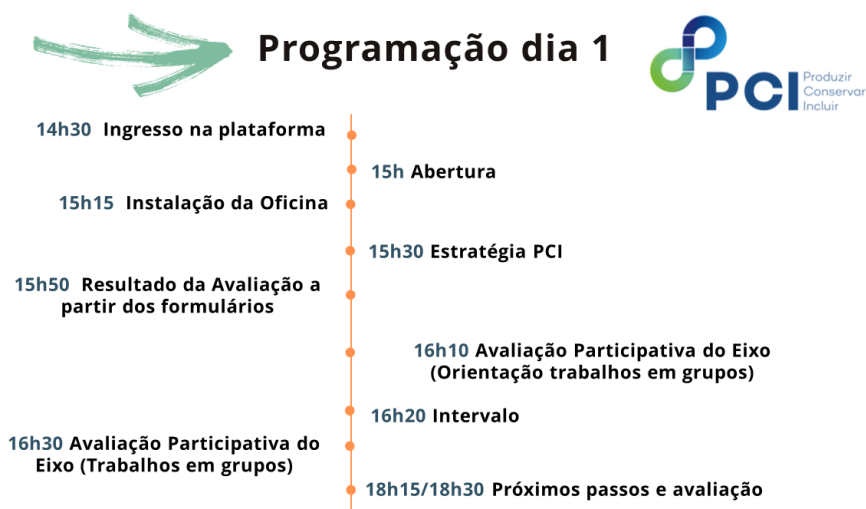
1. Agroicone
2. AREFLORESTA-MT
3. Casa Civil/ Núcleo de Assuntos Internacionais
4. CRBio-01
5. Earth Innovation Institute
6. EMPAER-MT
7. Environmental Defense Fund
8. Famato
9. GIZ
10. IDH
11. Instituto Ação Verde
12. Instituto Centro de Vida – ICV
13. Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária – IMEA
14. Instituto PCI
15. INTERMAT
16. National Wildlife Federation
17. ONF Brasil
18. Produzindo Certo
19. Programa REM - GIZ Brasil
20. RTRS
21. SEMA-MT
22. TNC
23. Universidade Federal de Mato Grosso

Tabela 1 – Quantidade de participantes das pesquisas, em número absoluto e nome das organizações participantes

	<i>Quantidade de participantes da pesquisa</i>	<i>Nome das organizações participantes</i>
<i>Produzir</i>	13	ONF Brasil, RTRS, Instituto PCI, AREFLORESTA-MT, Famato, IDH, Instituto Ação Verde, Agroicone, Universidade Federal de Mato Grosso, Programa REM - GIZ Brasil, Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária – IMEA, Instituto Centro de Vida – ICV e TNC.
<i>Conservar</i>	11	Agroicone, CRBio-01, Environmental Defense Fund, GIZ, IDH, Instituto Centro de Vida, Instituto PCI, ONF Brasil, Produzindo Certo, Programa REM - GIZ Brasil e TNC.
<i>Incluir</i>	6	Agroicone, EMPAER-MT, Instituto Centro de Vida – ICV, INTERMAT, ONF Brasil e Programa REM - GIZ Brasil
<i>Gestão</i>	7	Agroicone, Environmental Defense Fund, Instituto Centro de Vida – ICV, Instituto PCI, Núcleo de Assuntos Internacionais / Casa Civil, ONF Brasil e Programa REM - GIZ Brasil.
<i>Global</i>	17	Agroicone, CRBio-01, Earth Innovation Institute, EMPAER-MT, Environmental Defense Fund, IDH, Instituto Centro de Vida – ICV, Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária – IMEA, Instituto PCI, National Wildlife Federation, Núcleo de Assuntos Internacionais/ Casa Civil, ONF Brasil, Programa REM - GIZ Brasil, RTRS, SEMA-MT e TNC.

Programação das oficinas remotas

A metodologia das oficinas utilizou exposições dialogadas e a construção coletiva para o alcance dos resultados, em ambiente remoto, nas plataformas Zoom e Google Meet. A programação foi organizada em momentos de plenária e em grupos de trabalho. A apresentação do panorama da Estratégia PCI relativo ao tema da oficina, o resultado das pesquisas, o levantamento de resultados, a apresentação e validação da produção dos grupos de trabalho ocorreram em plenária. Os grupos de trabalho foram organizados por agenda temática de cada eixo. Em cada grupo foi realizado o balanço sobre as metas e os indicadores da agenda temática, resultando na indicação de manutenção e/ou ajuste das metas existentes, criação de novas metas e/ou agendas temáticas, ações prioritárias e metas transversais, tendo como subsídio as contribuições advindas dos resultados da pesquisa.



Na última oficina foi realizado um balanço sobre a gestão da Estratégia PCI, na qual os participantes dialogaram em torno das ações prioritárias das agendas do Plano de Ação da Estratégia PCI: Monitoramento; Captação de Investimentos; Comunicação + Regionalização/Conexão com território e Governança e articulação público privado.

Ao total, 27 organizações participaram do ciclo de quatro oficinas (tabela 2):

1. Acrimat
2. Amaggi
3. Arefloresta/MT
4. Casa Civil/MT
5. CAT Sorriso
6. CIPEM/MT
7. Earth Innovation Institute (EII)
8. Environmental Defense Fund (EDF)
9. Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (FEPOIMT)
10. GIZ Brasil
11. ICV
12. IDH
13. Imea
14. Instituto Ação Verde
15. Intermat
16. IPAM
17. Marfrig
18. Natcap
19. NWF
20. ONF Brasil
21. Produzindo Certo
22. RTRS
23. Secretaria de Agricultura Familiar de MT
24. SEMA/MT [CMCREDD+ e CMCR+]
25. TFA
26. TNC
27. WRI Brasil

Tabela 2 – Quantidade de participantes nas oficinas, em número absoluto, e nome das organizações participantes

	<i>Quantidade de participantes da oficina (média dos 2 dias)</i>	<i>Nome das organizações participantes</i>
<i>Produzir</i>	34	21 organizações: Acrimat, Amaggi, Casa Civil MT, Casa Civil-PCI, EII, Environmental Defense Fund (EDF), GIZ Brasil, ICV, IDH, Imea, Intermat, IPAM, Marfrig, NWF, ONF Brasil, Produzindo Certo, RTRS, SEAF/REM MT, Secretaria de Agricultura Familiar de MT, TNC e WRI Brasil
<i>Conservar</i>	25	16 organizações: Arefloresta MT, Casa Civil-MT, CAT Sorriso, Earth Innovation Institute (EII), Environmental Defense Fund (EDF), GIZ Brasil, ICV, IDH, Natcap, ONF Brasil, Produzindo Certo, SEAF/REM-MT, SEMA/MT [CMCREDD+ e CMCR+], TFA, TNC e WRI Brasil
<i>Incluir</i>	23	14 organizações: Arefloresta, Casa Civil/MT, Earth Innovation Institute (EII), Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (FEPOIMT), GIZ Brasil, ICV, IDH, Imea, Intermat, Natcap, ONF Brasil, SEAF/MT, SEMA/MT e TNC
<i>Gestão</i>	26	15 organizações: Amaggi, Casa Civil/MT, CIPEM/MT, Earth Innovation Institute (EII), Environmental Defense Fund (EDF), Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (FEPOIMT), GIZ Brasil, ICV, IDH, Imea, Instituto Ação Verde, IPAM, NWF, ONF Brasil, Secretaria de Agricultura Familiar de MT Programa REM MT.

Acesso aos materiais e produtos da avaliação

Os participantes tiveram acesso os resultados das pesquisas, às apresentações e produtos das oficinas por meio de uma árvore de links (<https://sites.google.com/view/oficinapci>).

Links de acesso aos materiais das oficinas:

- [Materiais da oficina 1 – Produzir](#)
- [Materiais da oficina 2 - Conservar](#)
- [Materiais da oficina 3 - Incluir](#)
- [Materiais da oficina 4 - Gestão](#)

Links de acesso aos resultados das pesquisas:

- [Resultados da pesquisa - Eixo Produzir](#)
- [Resultados da pesquisa - Eixo Conservar](#)
- [Resultados da pesquisa - Eixo Incluir](#)
- [Resultados da pesquisa – Avaliação da Gestão da Estratégia PCI](#)
- [Resultados da pesquisa – Avaliação Global da Estratégia PCI](#)

Resultados da avaliação participativa

Avaliação Global¹

Visão Geral sobre a Estratégia PCI

Considerando o conjunto de todas as metas dos eixos Produzir, Conservar e Incluir, a maioria dos respondentes (65%) avaliou que a implementação da estratégia PCI nos últimos 5 anos no Mato Grosso avançou pouco.

Avanços

Entre os principais avanços nos últimos 5 anos, os respondentes apontaram aspectos relativos a

- articulação institucional;
- gestão da Estratégia PCI;
- controle do desmatamento;
- Cadastro Ambiental Rural – CAR e regularização ambiental;
- Programas REDD e REM;
- produção da pecuária, grãos e floresta;
- agricultura familiar e
- participação dos povos indígenas.

Dificuldades

Entre as principais dificuldades nos últimos 5 anos, os respondentes indicaram aspectos relativos a:

- relevância política da Estratégia incipiente;
- falhas na articulação com os principais atores do setor;
- necessidade de consolidação da gestão e institucionalização da Estratégia PCI;
- problemas na implementação das ações e no monitoramento das metas e
- alcance das metas.

¹ Apontamentos extraídos dos [Resultados da pesquisa sobre a evolução global Estratégia PCI - Avaliação Global](#). Optamos por resumir nesta seção os resultados desta pesquisa pois ela traz de forma abrangente todos os aspectos relativos ao conjunto de metas da Estratégia PCI. Apontamentos mais específicos sobre cada um dos eixos da Estratégia estão disponíveis nas demais pesquisas discriminadas no tópico anterior.

Aprendizados

Entre os principais aprendizados nos últimos 5 anos, os respondentes abordaram aspectos relativos a:

- governança, especialmente a importância da gestão participativa e da necessidade de melhora na comunicação;
- articulação, com foco na necessidade de maior convergência das iniciativas e engajamento dos atores;
- importância estratégia do setor público para o êxito da Estratégia PCI;
- necessidade de maior escala para implementação das metas e de obtenção de mais dados para o monitoramento;
- busca por mais recursos financeiros para viabilizar a Estratégia;
- necessidade de priorizar temas/agendas estratégicas nos metas existentes.

Principais resultados atribuídos à estratégia PCI

Esta seção reúne os principais tópicos sobre os resultados advindos da pesquisa de percepção Avaliação Global e revisados durante a última oficina do processo de avaliação (Gestão). De acordo com o participantes dessa oficina, os principais resultados obtidos no estado do Mato Grosso atribuídos à estratégia PCI são:

1. Credibilidade da Estratégia PCI como uma estratégia de Estado.
2. Posicionamento do MT como líder em sustentabilidade jurisdicional.
3. Melhoria do entendimento em relação as políticas necessárias para o desenvolvimento sustentável do Estado.
4. Apoio ao desenvolvimento sustentável nas diferentes regiões do estado.
5. Metas dos Eixos.
6. Visibilidade nacional e internacional do Estado.
7. Atração de recursos externos para o estado (públicos e privados), com destaque para o Programa REM, Banco Mundial e IDH e outros.
8. Engajamento de empresas na Estratégia PCI.
9. Combate ao desmatamento ilegal como prioridade política.
10. Redução da ilegalidade do desmatamento.
11. Avanços na estrutura e validação do CAR.
12. Avanço da agenda de participação e os resultados da agricultura familiar.
13. Reconhecimento da necessidade de inclusão participativa dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares – PIPCTAF - nas estratégias mais importantes do estado.
14. Continuidade da Estratégia PCI independente das mudanças de governo.

Avaliação da gestão da Estratégia PCI

De acordo com os respondentes da pesquisa sobre a Gestão da Implementação da Estratégia PCI², nos últimos cinco anos:

- o sistema de monitoramento da implementação da estratégia PCI foi adequado (66,7%);
- os investimentos destinados à implementação estratégia PCI foram insuficientes (85,7%);
- a comunicação externa foi inadequada (57,1%), mas a comunicação interna foi adequada (50%);
- a conexão da Estratégia PCI com os territórios foi adequada (57,1%);
- as ações implementadas pelo governo do estado do Mato Grosso e a Estratégia PCI são convergentes e sinérgicas (57,1%);
- a governança da Estratégia PCI foi adequada (57,1%) e
- a criação do Instituto PCI em 2019 aumentou a qualidade da gestão da implementação (57,1%).

Análise das metas, indicadores e ações prioritárias

Sistematizamos em uma matriz as sugestões elaboradas pelos participantes ao longo das quatro oficinas. As planilhas reúnem as sugestões de:

- melhoria nas metas e indicadores atuais, por eixo temático;
- novos temas, metas e indicadores;
- ações prioritárias para os eixos temáticos e
- ações prioritárias para a gestão da Estratégia PCI.

Tabela 3 – Quantidade de sugestões elaboradas pelos participantes da avaliação participativa 2020 relativas às metas e indicadores da Estratégia PCI, em número absoluto

<i>Eixo</i>	<i>Metas atuais com sugestões de melhorias</i>	<i>Indicadores atuais com sugestões de melhorias</i>	<i>Novos indicadores sugeridos</i>	<i>Novas metas sugeridas</i>	<i>Ações prioritárias sugeridas</i>
<i>Produzir</i>	5 (de 7 metas)	1 (de 8 indicadores)	3	8	21
<i>Conservar</i>	7 (de 9 metas)	4 (de 15 indicadores)	3	3	26
<i>Incluir</i>	5 (de 5 metas)	7 (de 8 indicadores)	0	4	42
<i>Total</i>	17 (de 21 metas)	12 (de 31 indicadores)	6	15	89

² Apontamentos extraídos dos [Resultados da pesquisa sobre a Gestão da Implementação da Estratégia PCI](#)

Tabela 4 – Quantidade de sugestões elaboradas pelos participantes da avaliação participativa 2020 relativas às ações prioritárias para a gestão da implementação da Estratégia PCI, em número absoluto

<i>Agenda</i>	<i>Ações prioritárias sugeridas</i>
<i>Monitoramento</i>	10
<i>Captação de Investimentos</i>	6
<i>Comunicação (interna e externa)</i>	3
<i>Regionalização/Conexão com território</i>	7
<i>Governança e articulação público privada</i>	12
<i>Total</i>	38

Tabela 5 – Eixo Produzir e as análises de suas metas e indicadores.

<i>Agendas temáticas</i>	<i>Meta</i>	<i>Sugestões de melhoria nas metas atuais</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Sugestão de melhoria nos indicadores atuais</i>	<i>Sugestão de indicadores novos</i>
<i>Intensificação da pecuária</i>	Recuperar 2,5 Mha de áreas de pastagem de baixa produtividade até 2030	Ampliar o sentido da meta incluindo não só a recuperação Reabilitar /Melhorar a qualidade de 2,5 Mha de pastagens de baixa qualidade até 2030 Mapear em regiões prioritárias / municípios (pacto regionais) Analisar as novas projeções do IMEA para validação do quantitativo da meta	-		Qualidade da pastagem (índice de degradação da pastagem) (fonte ideal). Fonte: Lapig (conversar para saber da possibilidade de gerar dados anuais - além de 2010/2018) Área onde ocorreu melhoria da qualidade de pastagem (ha) Alternativa se não for possível medir qualidade da pastagem): Taxa de ocupação das pastagens. Unidade: animal por hectare. Fonte: IBGE/Mapbiomas/IMEA Observação: Publicar as informações com recorte municipal Comparar a qualidade da pastagem em dois períodos permite identificar onde houve recuperação.
	Aumentar a produtividade da pecuária para 95 kg/ha/ano até 2030	Analisar as novas projeções do IMEA para validação do quantitativo da meta	kg/ha/ano	Publicar as informações com recorte municipal	
<i>Expansão da área de grãos sem desmatamento</i>	Ampliar a área de grãos em áreas de pastagem degradada para 12,5 milhões de hectares até 2030	Revisar quantitativo da meta (12,5 MHA até 2030. Obs.: Dados levantados pela ABIOVE (projeções anuais) - elaborados pela Agrossatélite. Obs.: O quanto esses 12,5 Mha significam com relação à	Área total de grãos (algodão e soja)		Quanto da produção do estado do MT aconteceu sobre área aberta e quanto aconteceu sobre área de vegetação nativa

		<p>área atualmente produzida no estado e com relação à projeção de expansão? Obs.: Ajustar Meta para expansão sobre áreas abertas como um todo (não restringir apenas às pastagens degradadas)</p>			
		Mensurar pastagem degradada x produção de grãos. Dados do Mapbiomas disponível.	Área de grãos (algodão e soja) do ano de análise que sobrepõe a área de pastagem do ano anterior		
	Aumentar a produção de grãos para 92 Mton até 2030	Ajustar redação para produtividade? Que tal se falar em reduzir o gap de produtividade? (Embrapa tem os dados)	Kg/ano		Reduzir o gap de produtividade do estado até 2030 (Embrapa). Relativizar o quanto isso significa em melhoria com relação ao cenário atual
<i>Ampliação do setor de base florestal no estado</i>	Ampliar a área sob manejo florestal sustentável para 6 Mha até 2030		Área sob regime de Manejo Florestal autorizado		
	Ampliar a área de florestas plantadas em áreas já abertas para 800 mil ha até 2030		Área de floresta plantada		
			Área plantada de eucalipto e teca em áreas já abertas		
	Aumentar a produção de madeira plantada para 11,75 Mm3 até 2030		Volume da produção de silvicultura		

Tabela 6 – Eixo Conservar e as análises de suas metas e indicadores.

<i>Agendas temáticas</i>	<i>Meta</i>	<i>Sugestões de melhoria nas metas atuais</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Sugestão de melhoria nos indicadores atuais</i>	<i>Sugestão de indicadores novos</i>	
<i>Controle do desmatamento</i>	Manter 60% da cobertura de vegetação nativa do Estado de Mato Grosso	-	Proporção de área de MT com vegetação nativa primária	Incluir na meta 1 um indicador de área de vegetação nativa queimada	Incluir indicador sobre % de legalidade da exploração de madeira	
			Proporção de área com vegetação secundária			
	Reduzir em 90% o desmatamento na floresta tendo como referência a linha de base: 2001-2010 (PRODES) de 5.714 km ² , alcançando 571km ² /ano até 2030	Melhorar redação da Meta sobre redução do desmatamento na Amazonia e no Cerrado para deixar claro que estamos mensurando desmatamento na Floresta e não floresta		Área de vegetação desmatada mapeada pelo Prodes Floresta		
				Percentual de redução em relação à linha de base		
	Reduzir em 95% o desmatamento no cerrado tendo como referência a linha de base de 3.016 km ² (SEMA), alcançando 150 km ² /ano até 2030	-		Área de vegetação desmatada mapeada pelo Prodes Cerrado		
				Percentual de redução em relação à linha de base		

	Eliminar o desmatamento ilegal até 2020	Repactuar a Meta com SEMA novo prazo em coerencia com a nova fase do PPCDIF Esclarecer com a SEMA se toda área com desmatamento ilegal é embargada, ou só as que estão no CAR	Área de Amazônia desmatada sem autorização no estado	-	Incluir um indicador adicional na meta 4 referente a % da área desmatada sem autorização efetivamente embargada
		-	Área de Cerrado desmatada sem autorização no estado	-	Inserir indicador sobre área desmatada no Pantanal
			% de desmatamento não autorizado sobre o total		
<i>Mecanismos de incentivos, compensações e pagamentos por serviços ambientais</i>	Conservar 1M ha de área passível de desmatamento legal	Verificar se o desmatamento de 6M de ha é compatível com a meta de manutenção de 60% de vegetação nativa	Área passível de desmatamento legal preservada		
			Área passível de desmatamento legal recebendo algum incentivo econômico	Sugestão de fonte : IPAM (englobando novos projetos a exemplo do Conserv)	
<i>Regularização Ambiental</i>	Cadastrar 90% dos imóveis rurais (CAR) até 2016	Meta continua, com adequação do prazo de cumprimento. Necessidade de estabelecer um novo prazo/Repactuar com a SEMA	Área cadastrada no estado em relação a área cadastrável		

	Validar 100% dos CAR até 2018	Meta continua, com adequação do prazo de cumprimento, com escalonamento por tempo ou desafios a serem vencidos. Deixar evidente no report da meta as análises e outros esforços da SEMA para a validação. Repactuar meta com a SEMA	Área de CAR validado no estado em relação aos inscritos		
	Recompor 1M ha (100%) de APP degradada até 2030	Sema está desenvolvendo um sistema de monitoramento do restauro com base na Planet. (1) Perguntar para a SEMA sobre novidades em termos de monitoramento de restauro (2) visitar a linha de base. Avaliar ferramentas da WRI	Área de APP em regeneração	Pensar em soluções para o indicador.	
	Regularizar 5,8M ha (100%) de Reserva Legal, sendo 1,9 M ha por recomposição, até 2030	Sem sugestões de melhorias. Faltam elementos para conseguir monitorar a meta. Verificar com a SEMA o que está sendo desenvolvido, qual as ações para compensação, e outros bancos de dados que ajudariam a mensurar .A recomposição não depende da análise, o produtor pode fazê-lo antes da validação.	Área de RL em regularização por compensação e por recomposição	Fonte: SIMCAR, ver com a SEMA	

Tabela 7 – Eixo Incluir com análises de suas metas e indicadores.

<i>Agendas temáticas</i>	<i>Meta</i>	<i>Sugestões de melhoria nas metas atuais</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Sugestão de melhoria nos indicadores atuais</i>
<i>Assistência Técnica e Extensão Rural</i>	Ampliar o atendimento de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) da agricultura familiar para 100% das famílias até 2030	Corrigir dado, 125. 840, não necessariamente representa a número de estabelecimentos da AF. Redefinir fonte Ampliar fontes	Proporção de famílias atendidas por ATER	Pensar em indicador adicional de ATER especializada para PIPCT. É preciso definir como medir ATER especializada para produção tradicional. Primeiro passo seria identificar a % de famílias de PIPCT sendo atendidas por ATER. Verificar se com SEIAF será possível mensurar. Empaer está desenvolvendo um sistema SAGAE com recorte de PI e PCTs . Verificar com a FUNAI. Separar um indicador de ATER pública (Empaer) e um indicador de ATER privada (Senar, projetos PCI etc, Bancos). Pensar em sistema voluntário de informação para recolher dados de ATER privada. Sugestão de fonte: associação de empresas que prestam ATER Ampliar indicadores para impacto da ATER. Indicador para mensurar a qualidade da ATER. Indicador para medir a evolução da ATER (evolução da propriedade, produção e produtividade). Verificar com SEAF que tipo de indicador de impacto será coletado com o Sistema de Informação sendo construído (SAGAE). Qual a abrangência do SAGAE? Verificar com ANATER como fonte de ATER por estado. Colher dado de quem respondeu as chamadas e quais foram atendidas
<i>Acesso a Mercados</i>	Aumentar participação da agricultura familiar no mercado interno para 70% até 2030	Definir os produtos a serem trabalhados na meta de acesso ao mercado interno.	-	Contratar apoio técnico para estruturar um modelo para medição. Poderia ser mensurada a participação nesse mercado através das atividades por meio de cooperativas.
	Ampliar participação dos produtos de agricultura familiar nos mercados institucionais para 30% até 2030	Inclusão de mais duas modalidade do PAA Conab: formação de estoque e sementes	Participação (%) de produtos da Agricultura Familiar comercializados no PNAE / total	Fazer ajuste no indicador para contemplar o PNAE municipal/PAA estado(SEAF). Existe um descompasso de fonte em relação aos PAA Conab x PAA estado e PNAE municipal x PNAE estadual. Fonte: FNDE
		Opção: Criar uma meta específica para o PAA	Valor total de produtos da agricultura familiar comercializado no PNAE (R\$)	Inclusão de mais duas modalidade do PAA Conab: formação de estoque e sementes Opção: Criar uma meta específica para o PAA

			Valor total de produtos da agricultura familiar comercializado no PAA (R\$)	
			Proporção da comercialização no PAA de Mato Grosso em relação ao Brasil	
<i>Acesso a crédito</i>	Aumentar o acesso a crédito de R\$411 milhões para R\$1,3 bilhões/ano até 2030	1) Adicionar à meta principal a redução do índice de inadimplência. Avaliar o sucesso da implementação do projeto de crédito. Não sabemos se há dados, mas o quanto isso facilita o acesso ao crédito? 2) Ampliar a meta de aumento de volume de crédito para os próximos anos. Pelos dados a meta será alcançada e poderia ser ampliada. 3) Indicador: Incluir informações das cooperativas de crédito (recursos próprios). Verificar o acesso a outras fontes de recursos financeiros	Valor de financiamento acessado pela agricultura familiar no estado	a) Como medir impacto que o crédito está gerando? b) Apresentar dados segmentados por linha de crédito (apresentar linhas diferenciadas - sustentáveis, mulher, jovem). Devemos criar indicadores de equidade de gênero e sucessão familiar se o eixo I não apresenta metas para isso de forma clara? c) Pessoas que acessaram crédito, por gênero, por tipo de produção. Fontes: bancos públicos e privados, cooperativas de créditos...
<i>Regularização Fundiária</i>	Realizar a regularização fundiária de 70% dos lotes de agricultura familiar até 2030	1) Queremos ter uma meta de demarcação de terras? Como fica a autodemarcação? Como ficam as terras reivindicadas? 2) Incluir ou alterar meta de regularização para de áreas até quatro módulos fiscais. Fonte: Intermat ou Incra. Verificar com Incra, se é possível	Proporção de lotes titulados em assentamentos federais	Ampliar os indicadores para comunidades quilombolas, outras categorias AF, povos indígenas...Necessidade de contabilização das propriedades que não são assentamentos. Definir outros indicadores para a meta que contemplem estes outros públicos . Número de terras em processos de demarcação e número de terras homologadas (indígena ou quilombolas ou UC) . Fonte: Incra (GIZ), SIGEF, Funai. UC Georreferenciadas
			Proporção de lotes titulados em assentamentos estaduais	Revisar indicadores. Alterar para proporção de projetos de assentamentos existentes por projetos de assentamento regularizado (Intermat)/ por projeto de assentamento regularizado (Incra) (?). Verificar com o Incra.

Tabela 8 - Novas Metas e Temas da Estratégia PCI (Sugestões advindas das oficinas Produzir, Conservar e Incluir realizadas em novembro de 2020 no âmbito da Avaliação Participativa da Estratégia PCI 2020).

<i>Eixo</i>	<i>Agenda temática</i>	<i>Sugestão de novas metas e temas</i>	<i>Sugestão de indicadores para novas metas</i>
<i>Produzir</i>	Intensificação da pecuária	Diversidade econômica (Piscicultura como atividade produtiva alternativa evitando desmatamento/ Turismo rural como geração de renda associada à conservação na propriedade rural/ Ovinocultura/ Aquacultura.)	Índice de diversidade econômica / Índice de diversificação da produção na paisagem. como medir e como espacializar? SEPLAG?
<i>Produzir</i>	Expansão da área de grãos sem desmatamento	Separar medida de carbono por eixo? No produzir, carbono do solo; eixo Conservar - foco em carbono de vegetação nativa?	-
<i>Produzir</i>	Expansão da área de grãos sem desmatamento	Biocombustíveis (ver como está indicado na NDC) (Separar medida de carbono por eixo? No produzir, carbono do solo; eixo Conservar - foco em carbono de vegetação nativa?	-
<i>Produzir</i>	Expansão da área de grãos sem desmatamento/ Ampliação do setor de base florestal no estado	ILPF - meta ou indicador? Ponto positivo: bom apelo e conexão com a NDC. Ponto negativo: Qual seria a base de dados? Incluir aumento da ILPF como meta transversal, mensurada em área. Definir indicadores específicos para cada setor: L, P e F. No caso do setor florestal, o indicador é a área (ha) de floresta no sistema integrado. Outros possíveis indicadores: IBGE, Embrapa (estudos).	IBGE
<i>Produzir</i>	Ampliação do setor de base florestal no estado	0% de ilegalidade na exploração de madeira até 2030.	Indicador calculado e publicado em parceria entre SEMA e ICV
<i>Produzir</i>	Ampliação do setor de base florestal no estado	Ampliar o uso de espécies produtivas não madeireiras no setor florestal.	-
<i>Produzir</i>	Ampliação do setor de base florestal no estado	Ampliar em % novos mercados interno, como a construção civil, movelaria, design, para o consumo de teca no curto prazo.	-
<i>Produzir</i>	Ampliação do setor de base florestal no estado	Ampliar em % o uso de madeiras nativas no mercado interno, a longo prazo.	-
<i>Conservar</i>	Controle do desmatamento	Reduzir os incêndios florestais e áreas queimadas (investir em prevenção e técnicas/equipamentos de combate) no Pantanal, Cerrado e Amazônia.	-

<i>Conservar</i>	Mecanismos de incentivos, compensações e pagamentos por serviços ambientais	Aumentar a quantidade de carbono no mercado voluntário certificado em x até 2030. Fonte: Certificadoras	-
<i>Conservar</i>	Mecanismos de incentivos, compensações e pagamentos por serviços ambientais	Reduzir os incêndios florestais e áreas queimadas (investir em prevenção e técnicas/equipamentos de combate) no Pantanal, Cerrado e Amazônia. Fonte: Inpe	-
<i>Incluir</i>	Assistência Técnica e Extensão Rural	Meta que possa avaliar a qualidade de vida das famílias na AF (indicador multidimensional).	Possibilidade de indicador de renda (DAP). Inserir um tipo de pergunta para levantar qualidade de vida (IBGE)/Indicador de segurança alimentar.
<i>Incluir</i>	Assistência Técnica e Extensão Rural	-	Composição entre dois ou três índices (renda, segurança alimentar, produção).
<i>Incluir</i>	Acesso a Mercados	Assentamentos: cadeia produtiva com plantio de árvores.	-
<i>Incluir</i>	Acesso a Mercados	Favorecer o desenvolvimento de bioprodutos nas unidades familiares.	-
<i>Incluir</i>	Acesso a crédito	Agendas temáticas: Gênero e Sucessão Familiar (transversal e no âmbito de indicadores).	-

Tabela 9 - Ações prioritárias para a Estratégia PCI (Sugestões advindas das oficinas Produzir, Conservar e Incluir realizadas em novembro de 2020 no âmbito da Avaliação Participativa da Estratégia PCI 2020).

<i>Eixo</i>	<i>Agenda temática</i>	<i>Sugestão de ações prioritárias</i>
<i>Produzir</i>	Intensificação da pecuária	Melhorar o acesso à assistência técnica voltada às tecnologias produtivas integradas.
<i>Produzir</i>	Intensificação da pecuária	Apoiar a regularização fundiária (titulação) visando facilitar o acesso ao crédito / Facilitar o acesso ao crédito para recuperação de pastagem / Fornecer orientação para as solicitações de crédito para melhorar o acesso/ Apoiar com assistência técnica para regularização ambiental (CAR e PRA) visando facilitar o acesso a crédito.
<i>Produzir</i>	Intensificação da pecuária	Promover aproximação da PCI com a Sustainable Agriculture Finance Facility (Rede ILPF).
<i>Produzir</i>	Intensificação da pecuária	Aumentar o acesso ao Plano ABC e FCO Verde promovendo a divulgação.
<i>Produzir</i>	Intensificação da pecuária	Fomentar a ILPF como ferramenta da intensificação da pecuária.

<i>Produzir</i>	Expansão da área de grãos sem desmatamento	Atuar junto ao governo no Planejamento da infraestrutura e logística do Estado considerem a expansão sem desmatamento.
<i>Produzir</i>	Expansão da área de grãos sem desmatamento	Orientar para que as linhas de crédito considerem expansão/produção livre de desmatamento.
<i>Produzir</i>	Expansão da área de grãos sem desmatamento	Investir em produção e disseminação de tecnologias e boas práticas (estímulo ao crescimento vertical da produção de grãos e fibras).
<i>Produzir</i>	Expansão da área de grãos sem desmatamento	Apoiar a conclusão e implementação o ZSEE - MT Planejamento do ordenamento territorial.
<i>Produzir</i>	Expansão da área de grãos sem desmatamento	Levar informação para ponta através de estratégias de comunicação; articulação; interação de iniciativas.
<i>Produzir</i>	Expansão da área de grãos sem desmatamento	Investir em produção e disseminação de tecnologias e boas práticas (estímulo ao crescimento vertical da produção de grãos e fibras).
<i>Produzir</i>	Expansão da área de grãos sem desmatamento	O Estado retomar o Observatório do Plano ABC - reconectar o Estado com a agenda nacional.
<i>Produzir</i>	Expansão da área de grãos sem desmatamento	Aumentar a eficiência nos embargos / fiscalização do desmatamento.
<i>Produzir</i>	Expansão da área de grãos sem desmatamento	Oferecer a informação mais rapidamente sobre embargos - para que isso seja utilizado pelo mercado.
<i>Produzir</i>	Expansão da área de grãos sem desmatamento	Avaliar o uso do índice de diversidade econômica.
<i>Produzir</i>	Ampliação do setor de base florestal no estado	Ampliar o investimento em pesquisa e desenvolvimento sobre espécies nativas para viabilizá-las no mercado. (Possível parceiro: programa P&D da Coalizão).
<i>Produzir</i>	Ampliação do setor de base florestal no estado	Implementar Plano de Suprimento Sustentável.
<i>Produzir</i>	Ampliação do setor de base florestal no estado	Integrar os sistemas nacional e estadual (Sinaflor e Sisflora) de rastreabilidade na cadeia de custódia e certificação até meados de 2022.
<i>Produzir</i>	Ampliação do setor de base florestal no estado	Oferecer ao produtor de eucalipto crédito para a atividade e segurança de compra da madeira por um preço justo, tendo em vista a produção de biomassa.
<i>Produzir</i>	Ampliação do setor de base florestal no estado	Criar o plano de manejo eletrônico.
<i>Produzir</i>	Ampliação do setor de base florestal no estado	Criar um observatório florestal (com indicadores).
<i>Conservar</i>	Controle do desmatamento	Realizar grande campanha de comunicação em relação ao desmatamento ilegal.
<i>Conservar</i>	Controle do desmatamento	Implementar o Plano de Suprimento Sustentável - PSS.
<i>Conservar</i>	Controle do desmatamento	SEMA Fazer cumprir Art. 33 da Lei 12.651: reposição florestal com EFETIVO plantio de árvores preferencialmente NATIVAS.
<i>Conservar</i>	Controle do desmatamento	Garantir a presença de brigadas permanentes em áreas de risco.
<i>Conservar</i>	Controle do desmatamento	Renovação do PPCDIF.
<i>Conservar</i>	Controle do desmatamento	Garantir que anualmente um plano de ação focado em comando e controle seja elaborado pelos órgãos envolvidos.
<i>Conservar</i>	Controle do desmatamento	Captar recursos para implementação das ações da Estratégia PCI.
<i>Conservar</i>	Controle do desmatamento	Garantir tempo de resposta rápido para desmatamento especialmente para áreas não cadastradas.

<i>Conservar</i>	Controle do desmatamento	Ampliar a agilidade nos processos de licenciamento ambiental para conversão de áreas.
<i>Conservar</i>	Controle do desmatamento	Aplicar multas e garantir sua cobrança e/ou retaliações aos CPFs envolvidos em relação ao desmatamento ilegal.
<i>Conservar</i>	Controle do desmatamento	Melhoria da cadeia de custódia da madeira (implementação Sisflora 2.0).
<i>Conservar</i>	Mecanismos de incentivos, compensações e pagamentos por serviços ambientais	Criar estratégias de adaptação às mudanças no clima. (transversal a todas ações).
<i>Conservar</i>	Mecanismos de incentivos, compensações e pagamentos por serviços ambientais	Priorizar a pequena propriedade, como apoio ao eixo Incluir visando Diminuição de vulnerabilidades, desigualdades e salvaguarda.
<i>Conservar</i>	Mecanismos de incentivos, compensações e pagamentos por serviços ambientais	Realizar a regularização ambiental e fundiária.
<i>Conservar</i>	Mecanismos de incentivos, compensações e pagamentos por serviços ambientais	Desenvolver um programa estadual de PSA com recursos nacionais / internacionais dos mercados de carbono, envolvendo empresas e setor produtivo.
<i>Conservar</i>	Mecanismos de incentivos, compensações e pagamentos por serviços ambientais	Explorar medidas para atrair investimentos nas diversas modalidades (tais como empréstimos, investimentos).
<i>Conservar</i>	Mecanismos de incentivos, compensações e pagamentos por serviços ambientais	Levar as demandas do MT para as negociações da próxima COP.
<i>Conservar</i>	Mecanismos de incentivos, compensações e pagamentos por serviços ambientais	Fazer uma articulação política para que o governo federal possa promover segurança jurídica sobre transacionar resultados de REDD (créditos) visando a integridade do sistema, não permitindo a dupla contagem.
<i>Conservar</i>	Mecanismos de incentivos, compensações e pagamentos por serviços ambientais	Implementar o CRA previsto no Código Florestal.
<i>Conservar</i>	Regularização Ambiental	Investir na validação do CAR e no PRA são ótimos investimentos.
<i>Conservar</i>	Regularização Ambiental	Implantar a análise dinamizada do CAR até 2021.
<i>Conservar</i>	Regularização Ambiental	Incentivos à compensação de Reserva Legal.
<i>Conservar</i>	Regularização Ambiental	Regulamentar os mercados de CRA.
<i>Conservar</i>	Regularização Ambiental	Importante que acordos como o do IMAC / MPF de desembargo de áreas envolvam a participação da PCI e da sociedade civil.
<i>Conservar</i>	Regularização Ambiental	Recuperação APP.
<i>Conservar</i>	Regularização Ambiental	Implementação dos PRA.
<i>Incluir</i>	Assistência Técnica e Extensão Rural	Apoiar a reformulação estratégica da ATER Pública Estadual.
<i>Incluir</i>	Assistência Técnica e Extensão Rural	Promover a capacitação especializada para técnicos de ATER em sistemas de produção tradicionais para PIPCT.
<i>Incluir</i>	Assistência Técnica e Extensão Rural	Fomentar a interação e explorar as sinergias entre programas federal, estaduais e municipais voltados a ATER.
<i>Incluir</i>	Assistência Técnica e Extensão Rural	Apoiar a qualificação, capacitação dos agentes de ATER.
<i>Incluir</i>	Assistência Técnica e Extensão Rural	Formação de agentes comunitários de ATER.

<i>Incluir</i>	Assistência Técnica e Extensão Rural	Formação de redes de ATER nos municípios e territórios.
<i>Incluir</i>	Assistência Técnica e Extensão Rural	Fomentar atividades de disseminação de informação, boas práticas e tecnologia incluindo o uso de plataformas virtuais e EAD.
<i>Incluir</i>	Assistência Técnica e Extensão Rural	Capacitar ATER para viabilizar acesso a mercados institucionais (PAA e PNAE).
<i>Incluir</i>	Assistência Técnica e Extensão Rural	Investir em P&D voltada a agricultura familiar.
<i>Incluir</i>	Assistência Técnica e Extensão Rural	Investir no fortalecimento e na capacitação em gestão das Associações e Cooperativas.
<i>Incluir</i>	Assistência Técnica e Extensão Rural	Envolver as cooperativas e associações na coleta de dados.
<i>Incluir</i>	Acesso a Mercados	Criar uma ferramenta para sistematizar as informações das notas fiscais emitidas no mercado interno e institucional (Consultar a SEFAZ).
<i>Incluir</i>	Acesso a Mercados	Desenvolver modelos de negócios e de comercialização focados nos empreendimentos estaduais.
<i>Incluir</i>	Acesso a Mercados	Ampliar a adesão ao PAA.
<i>Incluir</i>	Acesso a Mercados	Realizar e incorporar estudos de floresta plantada, não plantada, produtos madeireiros e não madeireiros, sementes E MUDAS florestais.
<i>Incluir</i>	Acesso a Mercados	Incluir o setor privado para a Estratégia, especialmente outros elos da cadeia.
<i>Incluir</i>	Acesso a Mercados	Criar e implementar uma política de preço mínimo dentro do mercado interno.
<i>Incluir</i>	Acesso a Mercados	Incluir ações de fomento voltados à agregação de valor (selos, certificações, agroindústrias, culturas de alto valor, SAFs).
<i>Incluir</i>	Acesso a Mercados	Apoiar gestão de associações e cooperativas estabelecidas, assim como, as com problemas de organização e as em conformidade com as exigências legais, além das ligadas a instituições de Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais.
<i>Incluir</i>	Acesso a Mercados	Conectar a cadeia consumidora do setor privado (ex. rede de hotéis, supermercados...).
<i>Incluir</i>	Acesso a Mercados	Elaborar análises técnicas com foco na criação de Programas de Aquisição de Alimentos pelo Estado de MT e Municípios.
<i>Incluir</i>	Acesso a crédito	Atenção! Vinculada a Regularização fundiária.
<i>Incluir</i>	Acesso a crédito	Usar informações sobre inadimplência subsidiar propostas de flexibilização de garantia necessária para receber o crédito.
<i>Incluir</i>	Acesso a crédito	Simplificação da elaboração dos projetos para microcrédito (ou dispensa de projeto).
<i>Incluir</i>	Acesso a crédito	Apoiar os produtores na documentação para acessar o crédito com foco nas exigências ambientais.
<i>Incluir</i>	Acesso a crédito	Ampliar a divulgação de linhas diferenciadas para aumentar a adesão.
<i>Incluir</i>	Acesso a crédito	Criar sinergia com outras iniciativas como por exemplo o projeto Rural Sustentável.
<i>Incluir</i>	Acesso a crédito	Promover capacitações e treinamentos para melhorar a gestão de recursos financeiros pelos agricultores/as (educação financeira).

<i>Incluir</i>	Acesso a crédito	Incentivar o crédito para produtos de maior valor agregado, cadeias de baixo carbono (dados e comprovação de capacidade de pagamento).
<i>Incluir</i>	Acesso a crédito	Fomentar o acesso ao crédito por povos e comunidades tradicionais e mulheres rurais.
<i>Incluir</i>	Acesso a crédito	Realizar estudos visando compreender os gargalos e propor sugestões de simplificação das exigências de documentação exigida pelo Pronaf.
<i>Incluir</i>	Acesso a crédito	Apoiar as fontes alternativas de crédito (fundos etc.).
<i>Incluir</i>	Acesso a crédito	Criar fundo de aval no âmbito municipal para servir como garantia real para os produtores sem garantias.
<i>Incluir</i>	Regularização Fundiária	Atualizar os cadastros e titulação das áreas.
<i>Incluir</i>	Regularização Fundiária	Identificar quais áreas estão sendo regularizadas (qual perfil de área: AF, terra indígenas, quilombolas...).
<i>Incluir</i>	Regularização Fundiária	Identificar número de terras indígenas em processo de demarcação.
<i>Incluir</i>	Regularização Fundiária	Identificar número de comunidades quilombola e outros PCTs em processo de demarcação.
<i>Incluir</i>	Regularização Fundiária	Inserir na base cartográfica do estado áreas e seu status da regularização de (PCT e Povos indígenas).
<i>Incluir</i>	Regularização Fundiária	Ampliar os acordos de cooperação técnica montando uma estrutura mínima de apoio aos municípios (servidores para capacitação).
<i>Incluir</i>	Regularização Fundiária	Captar recursos para implementar a regularização fundiária.
<i>Incluir</i>	Regularização Fundiária	Realizar os estudos fundiários.
<i>Incluir</i>	Regularização Fundiária	Revisar o marco legal estadual da regularização fundiária.

Tabela 9 - Ações prioritárias para a Gestão da Estratégia PCI (Sugestões advindas das oficinas Produzir, Conservar e Incluir realizadas em novembro de 2020 no âmbito da Avaliação Participativa da Estratégia PCI 2020).

<i>Agenda</i>	<i>Ações prioritárias para os próximos 5 anos</i>
<i>Monitoramento</i>	Atualizar o Balanço de Metas incluindo uma avaliação sobre o avanço nos 5 primeiros anos.
<i>Monitoramento</i>	Propor metodologia para revisão das metas em 2020, prevendo uma meta intermediária para 2025.
<i>Monitoramento</i>	Realizar o processo de revisão das metas - 2020/2021.
<i>Monitoramento</i>	Revisão do Planejamento Estratégico com base nos resultados das oficinas de avaliação participativa.
<i>Monitoramento</i>	Criar centro de inteligência territorial no âmbito do Instituto PCI.
<i>Monitoramento</i>	Realizar uma nova avaliação detalhada em 2025.
<i>Monitoramento</i>	Realizar o monitoramento dos indicadores em nível municipal.
<i>Monitoramento</i>	Definir ou construir uma meta chave (ou índice) para cada eixo.
<i>Monitoramento</i>	Construir uma nova plataforma para os indicadores / metas, que contemple o nível municipal.

<i>Monitoramento</i>	Buscar novas metodologias e parceiros para contribuir com o monitoramento de metas onde ainda não identificamos indicadores.
<i>Captação de Investimentos</i>	Realizar a geração de pipeline e modelos de investimentos: 1. Monitorar o trabalho da consultoria contratada para desenvolver este produto. 2. Promover a atração de investidores.
<i>Captação de Investimentos</i>	Definir e engajar empresas Target para entregar as metas: 1. Desenvolver a segunda versão do pitchbook e apresentar para as empresas Target.
<i>Captação de Investimentos</i>	Realizar a mensuração dos investimentos associados à PCI: 1. Apresentar o status dos investimentos para potenciais investidores. 2. Monitorar os investimentos para o alcance das metas.
<i>Captação de Investimentos</i>	Alinhar entre os envolvidos do Instituto PCI uma estratégia de atuação no mercado de carbono.
<i>Captação de Investimentos</i>	Providenciar uma estrutura de execução administrativo-financeira no âmbito do Instituto PCI visando a capacidade de gestão de recursos financeiros.
<i>Captação de Investimentos</i>	Definir uma estratégia de atuação junto ao mercado internacional, em especial ao Chinês, para as commodities em geral, com destaque para a carne e soja.
<i>Comunicação (interna e externa)</i>	Contratar de Plano de Comunicação: 1 Desenvolver narrativa anual sobre combate ao desmatamento, queimadas e incêndios florestais para públicos específicos (Diferenciar os termos queimadas e incêndios). 2 Definir diretrizes para uso do nome e marca PCI (Uso em eventos, no apoio a projetos e uso por associados). 3 Definir prioridades para comunicação dentro dos eixos da PCI (Pautas, Público e Fluxo). 4 Definição de mensagens chave e porta vozes. 5 Definição (materiais institucionais a serem produzidos).
<i>Comunicação (interna e externa)</i>	Operacionalizar o Plano de Comunicação: 1 Elaborar calendário de eventos. 2 Realizar alinhamento com os setores de comunicação governamentais, GCOM e Secretarias. 3 Definir investimento (\$\$) na estratégia de comunicação com membros do Comitê Estadual PCI, investidores, parceiros e etc.
<i>Comunicação (interna e externa)</i>	Pautas: Prestação de contas/ações da PCI. Ações relacionadas aos eixos PCI.
<i>Regionalização/Conexão com território</i>	Criar comitê/grupo de trabalho de regionalização/pactos.
<i>Regionalização/Conexão com território</i>	Reunir e apresentar dados sobre potencial de entrega das metas a nível municipal no Mato Grosso.
<i>Regionalização/Conexão com território</i>	Definir os elementos chave para a implementação de acordos regionais (PMS).
<i>Regionalização/Conexão com território</i>	Levantar as iniciativas regionais existentes.
<i>Regionalização/Conexão com território</i>	Sugerir melhores práticas que garantam a continuidade dos acordos e a inclusão de atores locais.
<i>Regionalização/Conexão com território</i>	Definir a relação entre o Instituto PCI e os representantes da governança local.
<i>Regionalização/Conexão com território</i>	Padronizar a metodologia dos indicadores entre os pactos, iniciativas e municípios para demonstrar avanços nas metas da PCI.
<i>Governança e articulação públicas privadas</i>	Finalizar o processo legal de formalização do Instituto PCI junto ao cartório.

<i>Governança e articulação públicas privada</i>	Contratar equipe provisória via REM (2 pessoas).
<i>Governança e articulação públicas privada</i>	Analisar e validar fluxos do planejamento organizacional.
<i>Governança e articulação públicas privada</i>	Criar capacidade de gerenciar recursos próprios.
<i>Governança e articulação públicas privada</i>	Levantar recursos adicionais para estruturação.
<i>Governança e articulação públicas privada</i>	Mapear opções de mecanismos financeiros que possam captar recursos junto com a PCI, definindo o arranjo jurídico institucional.
<i>Governança e articulação públicas privada</i>	Ativar o Conselho Consultivo para ampliar a participação de mais instituições.
<i>Governança e articulação públicas privada</i>	Ampliar o engajamento e participação de representantes do governo no período de transição até a criação do Instituto, formalizando no Regimento Interno Provisório.
<i>Governança e articulação públicas privada</i>	Buscar maior participação de representantes dos povos indígenas e comunidades tradicionais, adaptando à governança conforme necessário.
<i>Governança e articulação públicas privada</i>	Reativar a mesa de doadores (Donor's Table).
<i>Governança e articulação públicas privada</i>	Melhorar a interação e alinhamento entre os diferentes projetos e iniciativas em Mato Grosso que se relacionem com a PCI.
<i>Governança e articulação públicas privada</i>	Estabelecer regras para posicionamentos da PCI em relação a temas que se relacionem com as metas da PCI.

Expectativas para 2025

A partir de um exercício individual e lúdico os participantes da última oficina construíram uma imagem de futuro, a Estratégia PCI em 2025...

- antecipa o alcance das metas propostas para 2030 e alcança o resultado esperado 5 anos antes do prazo estipulado;
- se consolida como um espaço de construção conjunta entre sociedade civil, governo e setor privado e com isso contribui para o alcance das 21 metas que compõem a visão conjunta pensada para Mato Grosso em 2015;
- confirma que é possível aumentar a produção com conservação da natureza e inclusão social;
- consolida reputação positiva do Estado de MT no cenário internacional reunindo produção e conservação;
- articula o combate ao desmatamento e promove a inclusão participativa e a qualidade de vida dos Povos Indígenas e dos Povos e Comunidades Tradicionais do estado;
- transforma a realidade rural de Mato Grosso com desenvolvimento inclusivo e sustentável;
- Coalização Sociedade Civil e Governo atinge meta em conservação;
- Mato Grosso lidera agenda nacional sobre produção, conservação e inclusão;
- Saiba mais sobre a Estratégia PCI, um case de sucesso de Mato Grosso que virou referência nacional de desenvolvimento sustentável;
- Governo Federal lança Estratégia PCI Nacional como base para plano de desenvolvimento do Brasil.

Encaminhamentos

- **Realizar avaliação técnica dos resultados das oficinas** (metas, indicadores e ações prioritárias) no âmbito de Comitê de Monitoramento.
- **Realizar diálogo com instituições** para levantamento de informações dados.
- **Repactuar com o Governo do Estado** o conjunto das metas.
- **Apresentar o Resultado Final** das Metas PCI para 2020-2025.

Anexo

Anexo 1 - Sugestões enviadas por e-mail pelas organizações posteriormente às oficinas

Eixo Produzir

Sugestões enviadas pela Associação de Reflorestadores de Mato Grosso <arefloresta@arefloresta.org.br em 9 de out. de 2020.

Ações prioritárias para setor de florestas plantadas

Ações prioritárias - emergenciais - curto prazo:

1- Implementação do Plano de Suprimento Sustentável - PSS:

Justificativa: É exigência legal conforme; Art. 34. da Lei nº 12.651/2012; Art. 11. do Decreto nº 5.975/2006; Art. 3 IN MMA nº06/2006; Art. 47 da Lei Complementar nº233/2005; e, Art. 82 do Decreto nº 8.188/2006.

Salientamos que o PSS é de suma importância para o avanço e cumprimento da meta do Programa Produzir Conservar e Incluir (PCI) para o Mato Grosso atingir 800 mil ha de plantio florestais até 2030, pois além da sua exigência legal, é ferramenta chave para inibir o uso de matéria prima florestal ilegal, garantia de que os grandes consumidores estarão sendo abastecidos por fontes legais e rastreáveis, bem como permitir ordenamento e equilíbrio entre oferta e demanda de matéria-prima florestal e criar segurança jurídica para melhoria dos negócios na cadeia de base florestal no MT.

2- Levantamento e Monitoramento dos indicadores chaves do setor de florestas plantadas

Justificativa: Necessário para estabelecer status atual do setor em relação as metas estabelecidas, bem como avaliar periodicamente os resultados do PCI nesta área e através desta avaliação recomendar ações de ajuste e correções ao longo do tempo para se atingir as metas do plano. Dentre os indicadores chaves citamos: Área por espécie plantada; Distribuição geográfica; Estoque (volume/m3); Classe de idade; Valor da produção e tributos.

3- Implantar Política/Plano de Desenvolvimento Florestal Plantado do MT, tomando como diretriz o Programa Plantar Florestas, Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas do MAPA.

Justificativa: Estruturar, desenvolver e catalisar de forma estruturada as ações com o objetivo da expansão da cadeia florestal plantada no Mato Grosso com foco no mercado e de forma sustentável.

4- Criar plataforma, sistema de informações de florestas plantadas do Mato Grosso, tendo como exemplo o Sistema Nacional de Informações Florestais do Serviço Florestal Brasileiro (<http://snif.florestal.gov.br/pt-br/>)

Justificativa: Tornar mais acessível e transparente todas as informações, estatísticas e números do setor para todos os atores da cadeia produtiva, bem como para potenciais investidores e produtores interessados em fazer parte da cadeia florestal plantada.

Sugestões enviadas pelo CIPEM <valdinei@cipem.org.br> em 14 de out. de 2020

Parceria CIPEM/IDH

- *Promover e agregar valor ao setor de base florestal de Mato Grosso;*
- *Realizar um estudo de viabilidade e operacionalização de um "benchmark" entre o Protocolo SISFLORA e o Protocolo UTR Europa;*
- *Apoio técnico e financeiro para a construção, em conjunto com o CIPEM e SEMA-MT, do "Sistema de Cadastro Digital de Manejo Florestal";*
- *Troca de conhecimento, por meio de visitas técnicas/de campo e roadshows;*
- *Comunicação eficaz da ação desenvolvida no âmbito deste MoU para as partes interessadas nacionais e internacionais;*

Implantação e ajustes do Sisflora 2.0

- *Cadeia de custódia – rastreabilidade dos produtos florestais;*
- *Nomenclatura de produtos conforme Resolução 497/2020;*
- *Unificação da Guia Florestal e Nota Fiscal;*
- *Padronização de informações do Inventário Florestal;*
- *Aplicativo mobile Sisflora 2.0 para coleta offline de dados;*
- *Inclusão de QRCode na NF-e, diminuindo a quantidade de papéis impressos;*
- *Envio e recebimento de documentos de forma virtual (online), evitando deslocamentos e necessidade de uso de procurações;*
- *Possibilidade de prorrogação de Guia Florestal aos finais de semana, ou alterar para que o prazo considere somente dias úteis;*
- *Módulo de Auditoria para validação internacional – aumentar a transparência;*

Revisão de dispositivos legais

- *Revisão Conama nº 406/2009: aumentar duração da Autex para 36 meses, podendo prorrogar por mais 12;*
- *Rever o limite máximo autorizado de 30m³ de madeira colhida por hectare;*
- *Lista da CITES: avaliar os critérios de inclusão de espécies nas proposituras, pois espécies sob manejo não podem ser consideradas ameaçadas;*
- *Fim do controle para produto acabado;*
- *Eliminar o Certificado de Identificação de Madeira (CIM) existente somente em Mato Grosso;*
- *Unificação GF/NFE.*

Defesa mercado internacional

Apoio e defesa do Governo para melhoria da reputação do setor de base florestal perante outros estados e países consumidores, demonstrando o controle e a garantia de origem de seus produtos;

Eixo Conservar

Sugestões enviadas pelo CIPEM <valdinei@cipem.org.br> em 4 de nov. de 2020

1. Quais sugestões de melhoria das metas para área Conservar?

a) MANEJO NO PANTANAL

Pontos fortes:

- Existência de espécies com potencial madeireiro: cambará, angico, louro-preto e baru;
- Adoção de medidas de prevenção e controle de incêndios exigidas pela atividade de manejo;
- Ampliação de áreas conservadas sob manejo florestal sustentável.

Pontos fracos:

- Logística: dificuldade de escoamento da produção e ausência de serrarias na região;
- Ocorrência de incêndios florestais;
- Municípios com IDH médio ou baixo: Vila Bela da Santíssima Trindade, Santo Antônio do Leverger, Porto Esperidião, Barão de Melgaço, Itiquira

Oportunidades:

- Redução da ocorrência de incêndios;
- Incentivos para a abertura de serrarias;
- Geração de emprego e renda;

Ameaças:

- Necessidade de alteração de legislações;
- Gastos com investimentos em infraestrutura;
- Déficit de mão-de-obra.

b) REVISÃO DE LISTAS DE ESPÉCIES FLORESTAIS AMEAÇADAS OU VULNERÁVEIS

Pontos fortes:

- Espécies sob manejo florestal sustentável tem garantia de sua conservação e perpetuação;

Pontos fracos:

- Aceitação do mercado;

Oportunidades:

- Melhor controle do estoque florestal dessas espécies ameaçadas ou vulneráveis pelo órgão ambiental competente;

Ameaças:

- Alteração de legislações supraestaduais e de convenções internacionais.

Eixo Incluir

Sugestões enviadas pelo CIPEM <valdinei@cipem.org.br> em 6 de nov. de 2020

MANEJO EM TERRAS INDÍGENAS

Resumo

Desde 2011 os indígenas Cinta Larga manifestam seu interesse em realizar Manejo Florestal Sustentável em suas terras, como um meio de coibir o roubo de madeiras e de trazer mais qualidade de vida ao demais integrantes de sua comunidade. Em 2019, pela intervenção do Deputado Estadual (MT) Xuxu Dal Molin, esta solicitação começou a ser avaliada e o Cipem foi convidado a assessorar o processo, visando a estruturação de uma cadeia produtiva de base florestal que esteja em acordo com as normas vigentes e que fosse benéfica aos indígenas. O líder Luiz Cinta Larga, na reunião realizada durante o 15º Congresso Nacional de Meio Ambiente a OAB/MT explicou que mesmo com os esforços da FUNAI, o Governo não consegue efetivamente apoiar a melhoria da qualidade de vida dos indígenas, resultando na vulnerabilidade e precariedade da comunidade a qual estão inseridos e abrindo espaço para o cometimento de ilicitudes e fragilização de sua organização social.

Pontos fortes:

- *Inclusão social e melhoria da qualidade de vida dos Povos Indígenas, que terão acesso a recursos e benfeitorias, sem ilicitudes e sem interferir em suas estruturas políticas tradicionais;*
- *Conservação efetiva do estoque florestal em Terras Indígenas;*
- *Mudança de cultura, deixando de lado o "corte raso" exigido para atividades agropecuárias, e optando por uma atividade que conserva as florestas e sua biodiversidade;*
- *Proteção contra incêndio florestal.*

Pontos fracos:

- *Falta de capacitação dos indígenas para a elaboração, execução e acompanhamento de um PMFS;*
- *Processo de integração entre indígenas à comunhão nacional, mantendo-se os valores tradicionais, usos e costumes;*

Oportunidades:

- *O Estado não é capaz de controlar sozinho o desmatamento e roubo de madeiras em Terras Indígenas. Com o manejo será possível melhorar a capacidade de monitoramento e conservação;*
- *Criação de mecanismo de controle que garanta a repartição dos recursos e prestação de contas, para que todos da comunidade indígena tenham acesso aos bens e serviços externos de maneira legítima;*

Ameaças:

- *O ineditismo da proposta pode ocasionar em entendimentos equivocados de sua finalidade;*
- *Necessidade de alteração e/ou criação de atos normativos supra estaduais;*
- *Reputação e aceitação de mercado.*



**Desenvolvimento metodológico
Facilitação e Relatoria**

Essência Processos Participativos
CNPJ: 22.266.474 0001-12
Contato Telefônico: (61) 98363 0206 (Whatsapp)
E-mail: tatianaessencia@gmail.com

em parceria com

